



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo nº: **3000339-05.2013.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
 Requerente: **Leonardo Leite de Melo**
 Requerido: **Santa Emilia Automoveis e Motos Ltda**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DECIDO.

Trata-se de ação em que o autor alegou ter adquirido da ré um veículo e dias depois viu em uma revista que a mesma fazia promoção consistente em entregar o “kit multimídia” gratuitamente em automóveis do mesmo modelo daquele que comprou.

Alegou ainda que diante disso foi até a ré para que ela instalasse sem ônus tal “kit” em seu veículo, mas ela se recusou a tanto.

Almeja à sua condenação ao cumprimento dessa obrigação de fazer, bem como ao recebimento de indenização para reparação dos danos morais que experimentou.

O exame dos autos revela que os fatos trazidos à colação não despertam maiores divergências.

Nesse contexto, é incontroverso que a compra do automóvel do autor junto à ré aconteceu em 13 de maio p.p., tendo ele recebido o produto no dia 17 seguinte.

É incontroverso, outrossim, que apenas posteriormente o autor veio a saber da oferta da ré em vender veículos daquele modelo com o “kit multimídia” gratuito.

A oferta foi veiculada em revista que entrou em circulação no dia 29 de maio, sendo o preço sugerido do automóvel R\$ 64.990,00.

Assentadas essas premissas, reputo que a pretensão deduzida não pode prosperar.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Com efeito, de início observo que a transação firmada entre as partes transcorreu normalmente e foi finalizada em 13 de maio, com a entrega do veículo ao autor no dia 17.

Esse negócio cristalizou ato jurídico perfeito quando de seu encerramento, não se vislumbrando então qualquer dado que implicasse a perspectiva de sua modificação ou que denotasse eventual irregularidade.

Bem por isso, a oferta realizada pela ré posteriormente não tem o condão de produzir efeitos pretéritos ou, por outras palavras, de atingir atos consumados anteriormente à sua realização.

É óbvio, portanto, que a publicidade veiculada apenas a partir do dia 29 de maio não poderia referir-se a situações anteriores, especialmente as já finalizadas, sendo irrelevante a consignação da expressão “neste mês” em seu bojo.

Isso porque tal referência há de ser compreendida como voltada às compras que se fizessem doravante e ainda naquele mesmo mês.

Aliás, afigura-se inconcebível o argumento de que o autor teria sido vítima de propaganda enganosa, porquanto ele não foi atraído à ré e não buscou a aquisição do veículo que levou a cabo a partir da propaganda aludida.

Antes de sua edição ele já se interessara pelo bem, fora até a ré e, após a pertinente negociação, consumara a compra, não podendo invocar em seu favor oferta feita cerca de duas semanas depois.

Como se não bastasse, o preço do veículo apostado na publicidade (R\$ 64.990,00) era superior ao pago pelo autor (R\$ 63.000,00), o que de igual modo afasta a incidência daquela a essa compra.

Ele não é favorecido por aspectos que atinavam à fixação do montante da compra, não sendo razoável que o mesmo fosse estipulado para fugir a parâmetro que seria estabelecido somente quinze dias depois.

A conjugação desses elementos, aliada à inexistência de outros que apontassem para direção contrária, conduz à rejeição dos pedidos formulados porque a ré não perpetrou ato ilícito que rendesse ensejo a obrigação de fazer e muito menos a danos morais para o autor passíveis de ressarcimento.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 14 de fevereiro de 2014.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA